



PROGRAMA DE
INTERNACIONALIZAÇÃO

GUIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOUSTON

**ESTABELECENDO
A SUA EMPRESA EM HOUSTON**

ESTABELECENDO A SUA EMPRESA EM HOUSTON

SUMÁRIO

1 Aspectos legais	02
1.1 <i>Abertura de empresa e planejamento societário</i>	03
1.2 <i>Registro de marcas e patentes</i>	07
1.3 <i>Regulação ambiental</i>	09
1.4 <i>Onde se instalar</i>	10
2 Aspectos financeiros e tributários	13
2.1 <i>Abertura de conta em bancos</i>	14
2.2 <i>Principais linhas de financiamento</i>	16
2.3 <i>Tributos federais, estaduais e municipais</i>	18
2.4 <i>Remessa de valores aos EUA e remessa de lucro para o (ou do) Brasil</i>	19
3 Aspectos trabalhistas (legislação e boas práticas)	21
3.1 <i>Contratação de funcionários</i>	22
3.2 <i>Direitos e deveres</i>	23



1 ASPECTOS LEGAIS

ABERTURA DE EMPRESA E PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO

A decisão de constituir um negócio, nacional ou internacionalmente, envolve a análise de diversos aspectos relativos à estrutura e operação da empresa: necessidade de contratação de empregados ou de mão de obra terceirizada, locais de operação, composição societária, volume e natureza de investimentos, objeto social, tratamento tributário, dentre outros.

Nos Estados Unidos, a constituição de empresas ocorre em nível estadual. Ou seja, os estados determinam através das suas leis como as empresas deverão ser organizadas e mantidas. O estado escolhido para constituir a empresa torna-se o que se chama de state of incorporation. No state of incorporation funcionará a domestic corporation. **Se a empresa operar em outros estados, em tais estados as empresas serão consideradas foreign ou out-of-state entities. Em outras palavras, a empresa é formalmente constituída em um estado e, nos demais, deverá requer uma autorização para operar (realizar negócios).** Estes conceitos são importantes para entender o processo de abertura de empresas e responsabilidades legais no país e no Texas.

Em linhas gerais, os tipos (ou categorias) mais comuns de empresas são: *sole proprietorships*, *partnerships*, *limited liability company* (“LLC”), *limited liability partnerships* (“LLP”), C ou S *corporations*, explicadas de forma geral a seguir.

Sole proprietorships

Trata-se de um formato empresarial de apenas um sócio. A responsabilidade do sócio é ilimitada, ou seja, responde-se com a integralidade do patrimônio pessoal pelos atos praticados sob a alçada do negócio. So o ponto de vista administrativo, as obrigações perante o estado são mínimas e o processo para iniciar as operações são rápidos e

objetivos. O faturamento é tributado com base nas taxas das pessoas físicas. Não há, portanto, uma entidade empresarial separada da pessoa do sócio.



Partnerships

As *partnerships* são entidades formadas por 2 ou mais pessoas que exercem atividade empresarial visando o lucro, em razão de um objetivo social único ou múltiplo. As *partnerships* são tipicamente *pass-through entities*. Ou seja, o imposto de renda é calculado sob a ótica dos sócios, na proporção da sua participação societária e declarado individualmente. As *Joint Ventures* são um exemplo de *partnership*. As *partnerships* podem alocar, por exemplo, lucros, perdas, deduções, créditos, obrigações gerenciais entre os sócios. Não há exigência legal de diretoria, reuniões periódicas, dentre outras obrigações comuns a outros tipos de empresa.

Limited liability company (“LLC”)

LLC é o tipo de empresa mais comum em razão da simplicidade e flexibilidade em relação ao gerenciamento e organização da rotina empresarial. **A LLC extrai as principais vantagens das *partnerships* e das *corporations*, tais como o *pass-through*** a que se refere o formato empresarial acima, e a limitação da responsabilidade dos sócios ao valor da sua contribuição no capital social da empresa. Não há obrigação legal de



constituir diretoria, realizar reuniões periódicas, etc. Também não há restrições quanto ao número ou perfil dos sócios, sendo admitidos, inclusive, sócios estrangeiros. A constituição ocorre mediante o arquivamento dos Articles of Incorporation junto à secretaria do estado.

Limited liability partnerships (“LLP”)

Apenas determinadas categorias de profissionais podem se associar para formar uma LLP, dentre eles, advogados, engenheiros, arquitetos, médicos e contadores. **As categorias profissionais autorizadas a operar sob uma LLP são reguladas de forma diferente pelos estados.** As responsabilidades dos sócios pelas obrigações contratuais da sociedade são limitadas, não envolvendo os sócios pessoalmente, portanto. Sob o ponto de vista das torts (negligência ou erros profissionais graves), **os sócios respondem individualmente, de acordo com a sua participação no ato que originou as torts.** Em alguns estados, mesmo o sócio não envolvido no ato de negligência ou erro profissional grave poderá vir a ser responsabilizado, até um certo limite financeiro. A disciplina da responsabilidade dos sócios deve ser analisada com cautela na legislação do estado onde a empresa será constituída.

C ou S corporations

De uma maneira geral, as *S corporations* (ou o *SubChapter S status*)

podem ser definidas como um conceito tributário, e representam, basicamente o instituto do pass-through acima exposto. Ou seja, não há imposto sobre a renda da sociedade, e as perdas, ganhos e créditos são reportadas pelos sócios, individualmente, nas suas respectivas declarações de imposto de renda. **Nas S corporations há um limite máximo de sócios, que são representados por indivíduos apenas, e obrigatoriamente residentes americanos.** Além disso, há restrições em relação ao objeto social, sendo vetado o uso do conceito por empresas de seguros e vendas doméstico-internacionais. Durante ou após a constituição da empresa (*corporation*), os sócios informam a opção pelo S corporation. As empresas que não fizerem esta opção são definidas como C corporations.

As C Corporations (ou simplesmente *corporations*) diferenciam-se das S corporations porque são obrigadas a declarar e pagar o imposto de renda sob a ótica da empresa, além de reportar perdas, ganhos e créditos por si e não através dos seus sócios. Há entendimentos de que o custo para operar uma C corporation é maior do que nas outras estruturas em razão do detalhamento das obrigações legais. **As C Corporations podem levantar capital através da venda de ações, o que pode ser um benefício para atrair funcionários mais qualificados, e nas hipóteses de empresas que planejam abrir o capital.**

Determinada a estrutura empresarial mais adequada ao negócio que se pretende empreender, o próximo passo é escolher o local onde a empresa será constituída e onde irá operar. Nos cenários em que a empresa será constituída e operará no estado do Texas, os procedimentos, instruções, formulários e legislação a ser observada estão disponíveis no website do *Texas Secretary of State*, regularmente atualizado. Tal como no Brasil, os procedimentos se resumem, basicamente, na realização de busca do nome empresarial, preenchimento dos formulários e apresentação de documentos relativos à estrutura empresarial escolhida (*Articles of Incorporation*, *By-laws*, dentre outros), pagamento de taxas, identificação do agente empresarial, que pode ser um dos sócios ou terceiro contratado

especificamente para esta função. Se optar-se por constituir a empresa em outro estado (*Delaware*, por exemplo), em razão dos custos de constituição, confidencialidade de informações societárias, incentivos fiscais, dentre outros, a empresa deverá obter junto ao *Texas Secretary of State* autorização para funcionamento no estado (*foreign ou out-of-state entities*).

PARA SABER MAIS:

Texas Secretary of State: www.sos.state.tx.us/corp/

Delaware: corp.delaware.gov/howtoform/

1.2

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES

O registro de marcas poderá ser realizado nos âmbitos estadual e federal. No âmbito estadual, o processo de registro é simples e objetivo e, normalmente, é concluído em menos de 1 ano. Poderá ser realizado diretamente no website do Texas Secretary of State, sem a necessidade de auxílio profissional, embora seja recomendável contar com o suporte de advogado americano especializado. São necessários, em resumo:

- (i) o preenchimento de um formulário informando os dados do titular da marca e respectivo endereço, classe(s) e descrição da marca;
- (ii) pagamento de taxa por classe registrada (US\$ 50,00);
- (iii) comprovação (obrigatória) do uso da marca no Texas antes do pedido de registro;
- (iv) apresentação de 3 amostras da marca em uso;
- (v) apresentação de um desenho da marca (nos casos de marca mista ou figurativa);
- (vi) entrega dos documentos pessoalmente ou envio através de fax ou correios.

Antes do pedido de registro da marca recomenda-se consultar os bancos de dados das marcas registradas no Texas (por email e telefone sem pagamento de taxa e online, mediante o pagamento de US\$ 1,00 por consulta) e no âmbito federal, no U.S. Patent and Trademark Office (“USPTO”) para confirmar a ausência de marcas similares já registradas na(s) mesma(s) classe(s), de modo a não causar confusão ou indução de terceiros a erro. Também é recomendável confirmar se a marca é registrável antes de iniciar o processo.

No âmbito do estado, a proteção (ou o registro) da marca é concedida aquele que primeiro utilizá-la, como marca, na(s) região(ões) geográfica(s) onde estiver operando, ainda que a marca não esteja registrada. Há situações em que a marca está em uso, mas não está registrada. Outro usuário (mais recente) da marca, porém, poderá tê-la registrado. O pedido de registro tardio daquele que começou a utilizá-la antes será indeferido, o que não significa que o direito deste primeiro usuário não prevalecerá, uma vez que estará coberto pelo common law trademarks right. O processo de registro, no entanto, deverá ser conduzido por advogado americano.

Ressalte-se que, uma vez registrada a marca no Texas, o prazo de 5 anos para renovação deverá ser observado. Do mesmo modo, os registros de marcas no âmbito federal precisam ser renovados periodicamente.

No que diz respeito aos depósitos de patentes e registro de copyrights, estes não são processados nas secretarias dos estados. Os assuntos relacionados aos copyrights são tratados no Copyright Office, no âmbito federal. E, no mesmo âmbito, no USPTO, são processados os depósitos de patentes e pedidos de registros de marcas.

A opção pelo registro de marcas no âmbito federal ou estadual depende, basicamente, da proteção que se deseja alcançar, dos valores que se deseja pagar, da(s) região (ões) onde se atua, intenção de exportar produtos ou serviços e de registrar a marca internacionalmente, dentre outros.

O processo para registro de marcas e depósitos de patentes no USPTO é complexo e pode levar anos para ser concluído. Nos casos de depósitos de patentes já protegidas no Brasil, aplicam-se regras estabelecidas na Convenção de Paris (“PCT”) , do qual o Brasil é signatário, e que dispõe de um sistema de cooperação internacional. Para o registro internacional de marcas há um sistema similar, disciplinado pelo Protocolo de Madrid, que possibilita que uma marca seja automaticamente registrada em todos os países signatários do tratado. O Brasil, no entanto, não é signatário do Protocolo de Madrid, o que torna o processo mais complexo, oneroso e moroso. Deste modo, embora não seja obrigatória, a contratação de auxílio profissional é altamente recomendável. Neste caso, o USPTO alerta que somente advogados americanos são autorizados a atuar nos processos, sob pena de indeferimento do pedido, sem a devolução das taxas pagas.

PARA SABER MAIS:

USPTO: www.uspto.gov/trademarks-getting-started/process-overview/trademark-information-network

Copyright Office: www.copyright.gov

1.3

REGULAÇÃO AMBIENTAL

O alcance deste tópico é amplo, uma vez que as políticas de proteção e conservação do meio ambiente abrangem a maioria dos setores e níveis administrativos de um país. Nos Estados Unidos, a Environmental Protection Agency (“EPA”), agência criada pelo governo federal para conduzir estudos, pesquisas e promover a educação ambiental, é responsável por manter e impor padrões ambientais no âmbito nacional, a partir de uma legislação federal robusta, desenvolvida e aprimorada em conjunto com a indústria, associações, governos estaduais, municipais dentre outros. A EPA presta assistência de conformidade por setores ou tópicos e dispõe de uma ampla

variedade de ferramentas e recursos para auxiliar as empresas em treinamento e no processo de certificação de operações, procedimentos e práticas. A agência dispõe, ainda, de serviço de apoio às pequenas empresas e às empresas em “desvantagem sócio-econômica” promovido através do Office of Small and Disadvantage Business Utilization (“OSDBU”). Finalmente, para suprir eventuais lacunas não alcançadas pelos serviços prestados, a agência mantém parceria com instituições e programas voluntários que merecem ser consultados.

No âmbito estadual deverá ser consultado o Texas Commission of Environmental Quality. Há, também, programas ambientais delegados aos condados e aos municípios. No condado de Harris, ao qual pertence a cidade de Houston, os programas ambientais são administrados pelo Harris County Public Health. Em Houston, as questões ambientais são tratadas pelo Houston Health Department.

PARA SABER MAIS:

EPA: www.epa.gov/laws-regulations/laws-and-executive-orders

Treinamento: publicaccess.zendesk.com/hc/en-us/articles/211394578-How-do-I-get-trained-and-certified-

Texas Commission of Environmental Quality: www.tceq.texas.gov/licensing/licensing

Harris County Public Health: publichealth.harriscountytexas.gov/About/Organization-Offices/Environmental-Public-Health

1.4

ONDE SE INSTALAR

A escolha do local onde se pretende operar um negócio é uma decisão de caráter estratégico, que compreende o estudo das obrigações legais e fiscais a que a empresa irá incorrer nos âmbitos federal, estadual e municipal, além da análise do potencial do mercado, dos custos de implementação e operação do negócio, das restrições, dentre outros. Neste

sentido, merece atenção a consulta do zoneamento (ou critérios de desenvolvimento) das regiões em potencial. O zoneamento (ou critérios de desenvolvimento) será um dos principais fatores determinantes da possibilidade de se obter licenças e autorizações de funcionamento do negócio em determinada região. No Texas, os municípios são as autoridades responsáveis por estabelecer o zoneamento (ou critérios de desenvolvimento) das suas jurisdições.

Para verificar os detalhes do zoneamento de determinada região ou imóvel, além de consultar o respectivo município, recomenda-se analisar os documentos de registro do imóvel. Os deed restrictions são acordos estabelecidos nas escrituras dos imóveis que restringem ou limitam o seu uso em determinada subdivisão, e vinculam os proprietários (atuais e futuros) dos referidos imóveis. Assim como o zoneamento, os deed restrictions objetivam preservar as características residenciais de determinada região, afastando ou limitando o comércio ou as indústrias.



Importante ressaltar que em Houston não há zoneamento, mas pode haver deed restrictions vinculados a determinados imóveis. O desenvolvimento da cidade é amparado por regras estabelecidas no City of Houston Code of Ordinances, que determina como as propriedades

podem ser subdivididas. Comumente, prédios comerciais e residências co-existem na mesma rua ou avenida. Por se tratar de uma prática longe de ser unânime entre residentes da cidade, além de verificar a existência dos deed restrictions, recomenda-se contatar proprietários de empresas já estabelecidas na cidade ou, mais especificamente na região onde se pretende operar, para confirmar os hábitos e costumes locais para tentar evitar contratempos com os próprios consumidores em potencial ou vizinhança.

Austin, Dallas, San Antonio e praticamente todas as demais cidades do Texas determinam os critérios de desenvolvimento das suas respectivas jurisdições através do zoneamento.

Finalmente, uma vez identificada a região onde se pretende operar, recomenda-se consultar o respectivo município para confirmar as licenças e autorizações de funcionamento necessárias para operar legalmente de acordo com as atividades da empresa. O município poderá orientar, ainda, a respeito da existência de eventuais incentivos fiscais, programas de treinamentos, financiamentos, dentre outros, tal como o faz o Houston Business Solutions Center (“HBSC”).

PARA SABER MAIS:

Deed restrictions: www.houstontx.gov/health/Environmental/index.htm

Austin: www.austintexas.gov/faq/zoning-my-property-what-it

Dallas: gis.dallascityhall.com/zoningweb/

San Antonio: www.sanantonio.gov/DSD/Boards/Zoning

HBSC: www.houstontx.gov/obo/solutionscenter/guides/NEW_BUSINESS_GUIDE.pdf



2

ASPECTOS FINANCIEROS E TRIBUTARIOS

Can

ABERTURA DE CONTA EM BANCOS

O processo de abertura de conta empresarial no Texas e nos Estados Unidos costuma ser simples e objetivo. Além da documentação necessária para demonstrar a existência legal da empresa, é necessário demonstrar a capacidade legal e contratual do(s) administrador(es) da conta e comprovação de registro da empresa (ou do titular do negócio nos casos de sole proprietorship) perante o Internal Revenue Service (“IRS”). Os documentos variam de acordo com a estrutura legal do negócio (sole proprietorship, LLC, C ou S-corporation, ...) e o objeto social (restaurante, serviços contábeis, ...), mas costumam se circunscrever, considerando a combinação de todas as estruturas legais a:

- ▶ Identificação pessoal (driver license, passaporte, ...) das pessoas autorizadas a movimentar a conta;
- ▶ SSN (Social Security Number) ou EIN (Employee Identification Number);
- ▶ Certificado de registro da empresa junto ao Texas Secretary of State;
- ▶ Articles of Incorporation, Operating Agreement e Corporate Resolutions;
- ▶ Licenças e alvarás de funcionamento;



A maioria dos bancos exige o depósito de um valor inicial mínimo, que varia de acordo com a estrutura do negócio e tipo de conta bancária.

Em geral, a checking account (conta corrente utilizada para realizar as transações regulares, tais como recebimentos, pagamentos de títulos e transferências) é suficiente para operar o negócio. Alguns bancos oferecem opções de saving accounts (para realizar investimentos), que podem ser uma boa opção. O importante é verificar o custo mensal e periódico de cada opção e das transações individuais (taxas de pagamento, depósitos, transferências, manutenção da conta, taxa para uso de caixas eletrônicos, ...), assim como eventual limite de transações que, embora não seja comum em contas bancárias corporativas, existem e podem acarretar no pagamento de taxas extras. As taxas bancárias costumam ser negociáveis.

É importante atentar, ainda, na localização das agências bancárias e condições para obter cartão de crédito corporativo. Imprescindível, ainda, discutir com os bancos selecionados, detalhadamente, as formas e eventuais restrições para a construção do crédito (pontuação de crédito abordada no e-book 3) da empresa, que impactarão diretamente na obtenção de fundos e respectivas taxas de juros.

PRINCIPAIS LINHAS DE FINANCIAMENTO

As linhas de financiamento corporativas são oferecidas por todos os bancos e, de uma maneira ampla, circunscrevem-se, a título de exemplo, a:

- ▶ Business line of credit: empréstimo de capital de giro para pagamento a curto prazo;
- ▶ Business term loan: financiamento de projetos para pagamento a longo prazo;
- ▶ Commercial real estate mortgages: financiamento de imóvel comercial;
- ▶ Business equipment finance: financiamento de equipamentos, em geral, para pagamento a longo prazo.

O governo americano oferece um suporte especial às pequenas empresas por meio do U.S Small Business Administration que, entre outros serviços, auxilia os empresários na obtenção de financiamento em condições



competitivas. **As ferramentas disponibilizadas pelo governo orientam desde a implementação até a expansão dos negócios, criação de empregos e busca de oportunidades, inclusive com o governo. O programa funciona através de postos estaduais.** No Texas há 71 escritórios nas mais diversas áreas de atendimento oferecidas pelo programa. **Recomenda-se consultar um dos escritórios antes de iniciar a procura de opções de financiamento para verificar e, eventualmente, aprimorar os documentos existentes,** almejando melhorar as condições de apresentação da empresa e condições de obtenção de investimentos.

Os governos estaduais costumam se associar com o setor privado visando o crescimento econômico, através de incentivos de desenvolvimento econômico para competir com outros estados, e mesmo globalmente, para atrair negócios, aumentar e diversificar a atividade econômica e incrementar a geração de empregos. Neste sentido, o estado do Texas oferece, para todos os perfis de empresas e empreendimentos e diversos setores, numerosos programas de financiamento e incentivos que incluem isenções fiscais, fundos e subsídios e que merecem ser consultados antes de se decidir por opções de financiamento oferecidas por instituições privadas.

PARA SABER MAIS:

U.S SMALL BUSINESS ADMINISTRATION: www.sba.gov/funding-programs/loans/lender-match

Estado do Texas: businessintexas.com

TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Assim como no Brasil, os tributos a que uma empresa irá incorrer dependerão de vários fatores, entre eles, a natureza do negócio, a forma e o local de operação.

O Internal Revenue Service disponibiliza informações a respeito dos tributos federais para aqueles que estão empreendendo no país, de maneira clara e detalhada, alcançando desde pequenas empresas e corporações, até indivíduos e empresas estrangeiras estabelecidas no país, discorrendo, inclusive, sobre tratados de tributação e residência fiscal.

No Texas, o imposto de renda da pessoa jurídica é extremamente baixo em comparação a outros estados, e pode cair para zero se os critérios para um determinado valor mínimo de receita não for alcançado. Não há imposto de renda para pessoa física no estado. O governo texano disponibiliza informações detalhadas a respeito dos tributos locais, de maneira clara, em linguagem acessível e de fácil acesso, na página online do Texas Comptroller of Public Accounts.

No âmbito municipal, em Houston, os principais tributos são: Property Tax (equivalente ao IPTU no Brasil) e o Sales and Use Tax (ou simplesmente Sale Tax), imposto na maioria dos produtos e serviços, cuja taxa mais alta a ser paga no Texas é de 8,25%. O Texas Legislative Council preparou um artigo que descreve os tributos locais no Texas e que merece ser consultado para entender os aspectos básicos sobre a disciplina. As taxas de Sales Tax e Property Tax de cada municipalidade são disponibilizadas pelo Texas Comptroller of Public Accounts.

PARA SABER MAIS:

Internal Revenue Service: www.irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/starting-a-business

Texas Comptroller of Public Accounts: comptroller.texas.gov/taxes/a-to-z.php

2.4

REMESSA DE VALORES AOS EUA E REMESSA DE LUCRO PARA O (OU DO) BRASIL

A remessa de valores por empresas e indivíduos para o exterior, especialmente quando relacionada a investimento de somas vultosas, **costuma ser antecipada por estudos de estratégias jurídicas e econômicas visando alcançar um resultado menos oneroso e mais eficiente tanto para quem envia quanto para quem recebe, sob o ponto de vista do impacto tributário.**

Não se trata, portanto, de assunto simples, uma vez que **envolve o conhecimento aprofundado das legislações dos países envolvidos nas referidas estratégias e eventuais acordos de bitributação.** Para as autoridades governamentais, há uma preocupação especial quanto às operações transnacionais que envolvem valores obtidos ilegalmente, mas escondidos em manobras econômicas para fazê-los parecer recursos legais – a famosa lavagem de dinheiro.

Neste sentido, há diversas instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil para disciplinar o pagamento de tributos sobre valores remetidos para o exterior.

Para a gerente da CNI, o acordo para o fim da bitributação entre Brasil e EUA deve ampliar a internacionalização das empresas brasileiras, por meio de uma maior segurança jurídica às empresas que atuam simultaneamente nos dois países. Mas ela adverte que o acordo deve ser firmado com dispositivos precisos, de modo a não permitir interpretações diferentes nos tribunais.

Além disso, segundo ela, do ponto de vista do governo brasileiro o acordo não deve ser visto exclusivamente sob o ângulo de perda de arrecadação, mas sobretudo pela ótica de um marco na política de inserção do Brasil no comércio exterior.

PARA SABER MAIS:

Instruções Normativas da Receita Federal: normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=7431



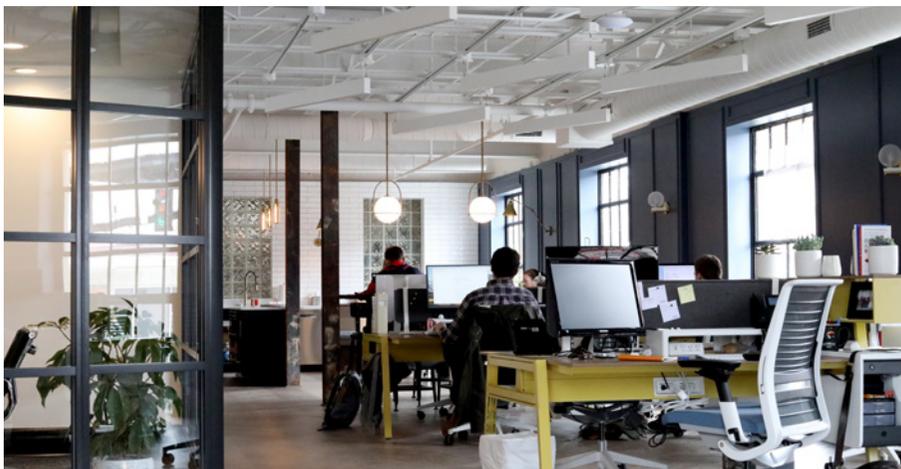
3 ASPECTOS TRABALHISTAS (LEGISLAÇÃO E BOAS PRÁTICAS)

3.1

CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

De uma maneira geral, o Texas é conhecido como um estado favorável ao empregador, com regulamentação relativamente clara e objetiva a respeito da contratação de funcionários. Contudo, regras básicas e alguns padrões de contratação devem ser rigorosamente observados para evitar abalo da credibilidade do empregador perante o mercado e o governo americano, além da incorrência em penalidades nos âmbitos federal e estadual.

O governo do Texas disponibiliza uma ferramenta online destinada aos empregadores, que auxilia as empresas na rotina das contratações e operações e traduz em linguagem acessível os principais aspectos práticos das legislações trabalhistas nos âmbitos federal e estadual. Trata-se do *Epecially for Texas Employer*. O *Epecially for Texas Employer* destaca as principais leis que impactam a contratação, com foco especial nas normas contra discriminação, além de anúncios de empregos, descrição das posições, ofertas de emprego, formulários e documentos necessários e muitas outras informações relevantes durante o processo de contratação e no curso da relação de emprego para evitar complicações futuras entre empregador e empregado.



DIREITOS E DEVERES

Respeitadas certas exceções estabelecidas por lei, o Texas adere ao salário mínimo estipulado pelo governo federal, que atualmente é de US\$ 7,25 por hora. Empregados e empregadores podem negociar coletivamente um valor maior. Gorjetas, auxílio refeição e moradia podem ser incluídos no cálculo do salário mínimo, observadas certas restrições.

Os direitos e obrigações trabalhistas nos âmbitos estadual e federal variam de acordo com a natureza do emprego, perfil do empregador e do empregado, dentre outros fatores. A ferramenta Epecially for Texas Employer além de orientar empregadores pode indiretamente ser utilizada por empregados para auxiliá-los na compreensão do alcance de tais direitos e obrigações relativos à posições ocupadas no Texas.

Recomenda-se consultar, ainda, a página online do Texas Workforce Commission, cuja sessão dedicada a empregados esclarece pontual e objetivamente diversas questões relativas ao direito (ou não) ao exercício de férias remuneradas, intervalos ou períodos de refeições remunerados (ou não), além de licenças médicas, datas de pagamento de salários, deduções, treinamentos, dentre outros. Através da ferramenta de busca da página online do Texas Workforce Commission é possível encontrar respostas e orientações mais específicas, não cobertas pelo Epecially for Texas Employer, tal como o pagamento de horas extras e muitos outros assuntos.

Ressalte-se que a busca de auxílio profissional especializado deve ser considerada para melhor avaliar o perfil do empregador e a forma mais eficiente de contratação de mão-de-obra.

Previdência

Como no Brasil, o programa de previdência social americano é administrado pelo governo federal para, após satisfeitos determinados

requisitos, prover renda para o contribuinte ou seus dependentes legais por ocasião da aposentadoria, morte, ou perda da capacidade de trabalhar. Nos Estados Unidos, **há 4 tipos de benefícios previdenciários: aposentadoria, deficiência, morte e aposentadoria suplementar (supplemental security income).**

A idade mínima para aposentadoria é de 61 anos e 9 meses; a idade máxima é de 70 anos. Anualmente, o trabalhador que paga os impostos de previdência acumula um determinado número de créditos (até 4 créditos por ano) que são utilizados na determinação da elegibilidade para determinados benefícios. **Aqueles que já reúnem condições para se aposentar com benefícios integrais podem postergar o exercício de tal direito e receber créditos extras que serão utilizados no cálculo para o aumento do valor do benefício.** Nenhum crédito adicionado é concedido a partir dos 69 anos.

Em resumo, os benefícios das aposentadorias regulares são calculados, normalmente, a partir do que se chama “ganhos mensais médios indexados” ao longo de determinado período. Sobre a média de salários indexados aplica-se uma fórmula para alcançar o Primary Insurance Amount (“PIA”). O PIA é a base utilizada para o pagamento dos benefícios.

Benefícios pagos em decorrência de deficiência estão disponíveis aos indivíduos que acumularam um determinado número de créditos, enquanto que a previdência suplementar está disponível para a população de baixa renda que nunca trabalhou ou não acumulou um número mínimo de créditos. Os indivíduos que houverem acumulado 40 créditos estão aptos a receber todos os benefícios, respeitados os demais critérios de avaliação da concessão.

Na hipótese de falecimento do contribuinte, a lei americana disponibiliza benefícios que alcançam desde viúvas(os) e filhos até pais e esposas (maridos) divorciados, baseados nos rendimentos do contribuinte falecido.

Para maiores informações, recomenda-se consultar a página do Social Security Administration na internet.

Em 2018, empregados e empregadores recolhem, separadamente, 6.2% sobre os rendimentos recebidos (ou pagos) a título de imposto de previdência, respeitado o rendimento anual máximo de US\$ 128,400.00, além de 1,45% incidentes sobre a renda total, sem teto máximo, relativos ao imposto Medicare. Empregados autônomos recolhem 12,4% a título de imposto de previdência, anualmente. Há, ainda, a incidência de 9% de imposto sobre as consideradas rendas altas, cujos limites dependem das características do declarante (estado civil, declaração de cônjuges em conjunto ou separadamente, ...).

PARA SABER MAIS:

Texas Employer: twc.texas.gov/news/efte/tocmain2.html

Previdência: www.ssa.gov/planners/credits.html

Consulado Geral do Brasil em Houston

Setor de Promoção Comercial e Turismo
1233 West Loop South, Suite 1150
CEP 77027 - Houston, TX, Estados Unidos
(+1) 713 961 3063
secom.houston@itamaraty.gov.br

Apex-Brasil

SAN - Centro Empresarial CNC
Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201 a 1701
CEP 70040-250 - Brasília, DF, Brasil

www.bebrasil.com.br

(+55 61) 2027 0202

internacionalizacao@apexbrasil.com.br

apexbrasil@apexbrasil.com.br

www.apexbrasil.com.br

     /apexbrasil